

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 045/2012 – UFLA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS – UFLA E A ADCON
ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO
LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Reitor, Professor **JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO**, nomeado pelo Decreto Presidencial de 25 de maio de 2012, publicado no DOU de 28 seguinte, página 1, Seção 2, portador da Cédula de Identidade nº 240.427, emitida pela SPC/ES e do CPF nº 489.081.007-25, residente e domiciliado na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, e, de outro lado, a empresa **ADCON ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.552.404/0001-49, com sede na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, na Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1085, Sala 09, Centro, CEP 33.805-020, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, **Sr. GIMAR BARCELLOS**, portador da Cédula de Identidade nº M-4.330.219, emitida pela SSP/MG e do CPF nº 691.112.866-87, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Maura, nº 803, Bairro Ipiranga, CEP 31.160-260, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/2012 – UFLA**, com fundamento no art. 7º, inciso XXVI, da CF/88, no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, no art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/01, no art. 192 da CLT, na Norma Regulamentadora – NR 15, aprovada pela Portaria nº 3.214/78, nos arts. 37, 38, inciso II e 40, *caput* e §1º, da IN/SLTI/MP nº 2/08, com as alterações introduzidas pela IN/SLTI/MP nº 3/09, no Acórdão TCU nº 1828/08 – Plenário, no Parecer AGU nº JT-02/09 e nas demais normas legais pertinentes à matéria, bem como pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Primeiro Termo Aditivo tem por objeto:

I. aumentar em 8 (oito) o quantitativo de postos de trabalho de que trata a Subcláusula Primeira da Cláusula Primeira do Contrato original, passando o total de postos contratados a ser de 112 (cento e doze), passando a referida subcláusula a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

(...)

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os serviços objeto deste Contrato deverão ser prestados por intermédio dos Postos de Trabalho, conforme definidos, distribuídos e com os respectivos valores salariais por categoria constantes da tabela abaixo:

Posto de trabalho	CBO	Jornada (horas)	Total de Postos	Salário (R\$)
Armador	7153-05	44	2	1.287,00
Auxiliar de Marceneiro	7711-05	44	2	1.002,80
Carpinteiro	7155-05	44	5	1.287,00
Contramestre I	7102-05	44	4	1.835,15
Contramestre II	7105-05	44	2	2.752,73
Eletricista	9511-05	44	13	1.287,00
Encanador	7241-10	44	2	1.287,00
Funileiro	7241-10	44	2	1.287,00
Marceneiro	7711-05	44	9	1.523,29
Meio-Oficial	7170-20	44	8	957,00
Meio-Oficial Insalubridade	7170-20	44	1	957,00
Meio-Oficial Periculosidade	7170-20	44	1	957,00
Pedreiro	7152-10	44	26	1.364,65
Pintor	7166-10	44	7	1.287,00
Servente	7170-20	44	26	825,00
Soldador	7243-15	44	2	1.287,00
Total de Postos			112"	

II. majorar o valor contratado em R\$ 287.088,13 (duzentos e oitenta e sete mil e oitenta e oito reais e treze centavos), passando a Cláusula Sexta do Contrato original a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

Pelos serviços executados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os seguintes valores mensais discriminados na tabela abaixo, perfazendo um montante anual de R\$ 3.393.837,97 (três milhões, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos), estando nela incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução.

Período de 1º/12/2012 a 30/11/2013:

Competência	Período	Número de Postos	Valor Mensal Atual (R\$)	Valor Mensal Repactuado (R\$)	Diferença (R\$)
dez/12	1º/12/2012 a 31/12/2012	104	258.895,82	264.070,53	5.174,71
jan/13	1º/1/2013 a 31/1/2013	104	258.895,82	264.616,62	5.720,80
fev/13	1º/2/2013 a 28/2/2013	104	258.895,82	264.987,48	6.091,66
mar/13	1º/3/2013 a 31/3/2013	104	258.895,82	265.543,76	6.647,94
abr/13	1º/4/2013 a 30/04/2013	104	258.895,82	265.543,76	6.647,94
mai/13	1º/5/2013 a 31/5/2013	104	258.895,82	287.967,03	29.071,21
jun/13	1º/6/2012 a 30/6/2013	104	258.895,82	287.967,03	29.071,21
jul/13	1º/7/2013 a 31/7/2013	104	258.895,82	287.515,44	28.619,62
ago/13	1º/8/2013 a 31/8/2013	104	258.895,82	287.515,44	28.619,62
set/13	1º/9/2013 a 30/9/2013	112	258.895,82	306.036,96	47.141,14
out/13	1º/10/2013 a 31/04/2013	112	258.895,82	306.036,96	47.141,14
nov/13	1º/11/2013 a 30/11/2013	112	258.895,82	306.036,96	47.141,14
TOTAL			3.106.749,84	3.393.837,97	287.088,13

SUBCLAÚSULA ÚNICA - Os reajustes dos valores mensais demonstrados na planilha acima derivam das seguintes condicionantes:

I- a partir de 1º de dezembro de 2012, em decorrência do pagamento de adicional de insalubridade aos ocupantes dos postos de trabalho de Auxiliar de Marceneiro, Contramestre I, Encanador e Marceneiro;

II - a partir de 1º de janeiro de 2013, por força da edição do Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2013, da Presidência da República, foi alterado o valor do salário mínimo para R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), sendo que tal alteração importa em reflexos no cálculo do adicional de insalubridade;

III - a partir de 19 de fevereiro de 2013, por força da edição do Decreto Municipal nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012, a tarifa de transporte coletivo urbano no Município de Lavras foi reajustada para R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos);

IV - a partir de 1º de maio de 2013, por força da Convenção Coletiva de Trabalho de 2013-2014, celebrada entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais - SINDUSCON e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Lavras - SITICOM, ocorreu:

a) correção salarial da categoria no percentual de 9% (nove por cento);

b) alteração do valor do abono de férias para R\$825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais); e

c) alteração do valor do seguro de vida em grupo para R\$ 1,44 (um real e quarenta e quatro centavos) por funcionário;

V - a partir de 1º de julho de 2013, por força da edição do Decreto Municipal nº 10.768, de 21 de junho de 2013, a tarifa de transporte coletivo urbano no Município de Lavras foi reduzida para R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos);

VI - a partir de 1º de setembro de 2013, por força do aumento de 4 (quatro) postos de trabalho de pedreiro e 4 (quatro) de servente, passando o quantitativo total de postos a ser de 112 (cento e doze)."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

Em face da repactuação contratual, caberá à **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de assinatura deste Instrumento, complementar a garantia de que trata o *caput* da Cláusula Nona do Contrato de Prestação de Serviços nº 045/2013, no valor de R\$ 13.754,41 (treze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos), perfazendo o valor total em garantia de R\$ 169.691,90 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e noventa centavos) e remeter o respectivo comprovante à Diretoria de Contratos e Convênios da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para execução do presente Primeiro Termo Aditivo correrão à conta dos seguintes recursos:

FONTE: 0112000000.

PROGRAMA: 12364203220RK0031/12364203282820031.

NATUREZA DA DESPESA: 339037.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato ora aditado, que aqui não foram expressamente alteradas, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Primeiro Termo Aditivo será levado à publicação pela **CONTRATANTE**, no *Diário Oficial* da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ser publicado no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais e de Justiça, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo nomeadas e subscritas.

Lavras, 23 de setembro de 2013.

Pela **CONTRATANTE**:



JOSE ROBERTO SOARES SCOLFORO
Reitor

Pela **CONTRATADA**:




GIMAR BARCELLOS
Sócio-Administrador

TESTEMUNHAS:



Nome: Cristiane Reis de Souza
CPF: Diretoria de Contratos e Convênios
Secretária
CPF/MF 929.195.886-72



Nome: Vapei Sifoa
CPF: 808.119.576-91